

INTERCULTURALIZAR, DESCOLONIZAR, DEMOCRATIZAR:

uma educação “outra”?

Organização
Vera Maria Candau

7 LETRAS]

 **GECEC**
Grupo de Estudos sobre a Cultura, Educação e Ciências

Educação descolonizadora e interculturalidade: notas para educadoras e educadores*

188

INTERCULTURALIZAR, DESCOLONIZAR, DEMOCRATIZAR: uma educação "outra"?

Susana Beatriz Sacavino

Mestrado em Relações Internacionais e Doutorado em Educação pela PUC-Rio. Coordenadora da organização não governamental Novamerica. Diretora da revista latino-americana Nuevamerica/Novamerica.

* Este texto tem por base o artigo Educação Descolonizadora e Interculturalidade, publicado na *Revista Novamerica*, n. 149, jan-mar, 2016.

colonizar, descolonizar, parecem que são processos históricos do passado da América do Sul¹ e do Caribe e já superados. Mas não nos iludamos, tanto a colonização como a descolonização são tão atuais e presentes como a globalização ou o neoliberalismo. Hoje a descolonização é uma categoria e uma intencionalidade presente em vários processos políticos e culturais atuais em diferentes países do continente, especialmente na Bolívia e Equador.

Nesse sentido, Maldonado-Torres (2008, p. 64) afirma que a colonização é um tema que tem relevância mundial, pois já faz muito tempo que é o *modus operandi* da globalização hegemônica neoliberal. Salientando que o problema do século XXI é, em grande parte, o problema da colonização na forma do empobrecimento contínuo das populações racializadas, da invasão de seus territórios por um novo imperialismo e pela criação de muros e cercas de contenção entre as regiões e países privilegiados e os países do Sul. Desde o ponto de vista cultural, esta colonização globalizada traz consigo o desejo de padrões de consumo exacerbados, identificados como uma condição de cidadania dada pela esfera do ter e do mercado junto com uma visão do sujeito individualista, hedonista, consumista e com diferentes fobias racistas.

No âmbito da educação, especialmente na educação formal, na América Latina, a colonização atual opera através da implementação de políticas neoliberais, orientadas pelos princípios do mercado e da competição, que reduz a educação a questões operacionais, com avaliações nas avaliações de larga escala no nível nacional e internacional, com uma lógica produtivista e limitada, que promove a formação de sujeitos empreendedores e consumidores, treinados para responder a exames uniformizados que afirmam uma cultura de *rankings* e premiações, assim como a continuação de currículos monoculturais, que privilegiam e entendem como o único conheci-

¹ Usamos a expressão América do Sul em lugar de América Latina que frequentemente é mais utilizada tendo como referência um enfoque descolonizador como o explica Mignolo em seu livro *La Idea de América Latina*, de 2007. A latinidade diz respeito apenas à população “branca” de ascendência europeia. A população de ascendência africana não tem porque ter que aceitar sua latindade, em vez de sua africanidade. Da mesma forma, poderíamos falar em América Africana em vez de Latina. E de América Indígena, em vez de Africana ou Latina. A latinidade foi um projeto imperial francês, quando o país, a partir do século XIX, tentou recuperar a liderança dos países latinos do sul da Europa (Itália, Portugal, Espanha), a fim de enfrentar a liga da Inglaterra e da Alemanha. Esta divisão da Europa, entre a Europa do Norte e do Sul, a anglo-saxônica e a latina, a protestante e a católica, se reproduz nas Américas: a América de Jefferson e a de Bolívia. <http://www.geledes.org.br/descolonizacao-da-subjetividade-traza-mudanca-americas-latinoas-walter-mignolo/#ixzz34tKc0TR>. Acessado em 1/12/2015.

mento existente e válido o construído a partir do enfoque ocidental (Euro-Estados Unidos cêntrico). Levando, segundo Candau (2015, p. 22), ao desenvolvimento de um pensamento pedagógico que podemos classificar como débil e “light”, mas com um forte impacto colonizador e dominador.

A colonialidade é a outra cara da modernidade, duas faces da mesma moeda afirmam os autores e autoras identificados como do Grupo Colonialidade-Modernidade-Decolonialidade. Para estes autores/as a modernidade não poderia existir sem a colonialidade, sem a conquista da América, o genocídio, o etnocídio, o extrativismo e a exploração de suas riquezas. Sendo assim, a modernidade se inicia com a América, dando lugar à configuração de um novo padrão de poder global.

190

Querer pensar e praticar a descolonização num marco intercultural implica necessariamente assumir a complexidade e a diversidade de vozes, sujeitos, projetos e lugares culturais, sociais, políticos e econômicos produzidos nas sociedades atuais frente aos núcleos de desigualdade existente. Tendo presente, como afirma Quijano (2000), que na América do Sul historicamente e desde a invasão colonial, faz mais de quinhentos anos que a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e os levou a impor o modelo europeu de formação do estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais. Afirmando ainda que a colonialidade do poder estabelecida sobre a ideia de raça (branca) deve ser admitida como um fator básico na questão da formação nacional e do estado-nação, assim como na conformação e estruturação de suas sociedades. A partir dessa primeira discriminação racial, se fundam as “novas identidades sociais da colonialidade” (brancos, negros, amarelos, indígenas e mestiços), do mesmo modo que as geoculturas (Ocidente ou Europa, América, África, Oriente), impondo-se uma relação assimétrica de poder/subordinação em todos os âmbitos e dimensões: materiais, subjetivas, individuais e sociais, diante da hegemonia branca e eurocêntrica do ocidente.

Considero que nesse contexto que nos configura e marca historicamente nosso continente, o desafio e o foco principal de uma educação descolonizadora e intercultural é precisamente enfrentar, desconstruir e transformar esse núcleo das relações coloniais. Entendo a interculturalidade crítica, de acordo com Walsh (2007, p. 7 e 8), como uma construção de e desde os grupos/comunidade

dos que têm sofrido uma história de submissão e subalternização. Uma proposta de um projeto político que também pode implicar uma aliança com pessoas e grupos que, de igual forma, buscam alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto para a transformação social como para criar condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta forma, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si mesma. É um projeto de existência, de vida plena para todos e todas.

ALGUNS PRINCÍPIOS E ENFOQUES DE UMA EDUCAÇÃO DESCOLONIZADORA E INTERCULTURAL

Uma educação descolonizadora e intercultural implica considerar que não existe mais um centro, dominador, superior e organizador, que se identifica com uma única cultura que se coloca como medida e referência das outras culturas, considerando-se portadora e medida do pensamento e da cultura universal. Ao contrário, implica o reconhecimento de que todas as culturas são incompletas e que vivemos num contexto de diversidade e pluralismo cultural que nos exige um olhar crítico da realidade e da ordem dominante.

Identifico esses princípios e enfoques entendendo e olhando desde o Sul, de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2009), como a metáfora do sofrimento humano. São os grupos, os povos, os países e as nações que têm sofrido mais e continuam sofrendo com o desenvolvimento do capitalismo global, porque se mantém como países subdesenvolvidos, em desenvolvimento permanente, sem chegar nunca ao grupo dos países desenvolvidos e detentores de poder. Com o Sul e desde o Sul também se aprende, e isso significa levar em consideração que a compreensão do mundo é mais abrangente do que a compreensão ocidental (Euro-Estados Unidos cêntrica) do mundo. É muito importante, no momento atual, perceber que há outras visões do mundo, outras epistemologias, outras cosmologias, e que é necessário identificá-las, analisá-las, compará-las, reconhecê-las, dialogar com elas e entre elas.

Considero importante também para o tema ter presente todas as contribuições de Paulo Freire com sua proposta de uma educação entendida como práxis política, humanizadora, libertadora, dialógica, promotora da autonomia e do reconhecimento do outro, com consciência de que a educação é uma forma de intervenção no

uma prática comprometida com a transformação da realidade cultural, social, econômica e política dos excluídos e subalternizados.

Assumimos para os fins deste artigo como enfoque de educação intercultural o conceito elaborado conjuntamente na equipe de pesquisa do GECEC, assim definida:

A Educação Intercultural parte da afirmação da diferença como riqueza. Promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos -individuais e coletivos-, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça -social, cognitiva e cultural- assim como da construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais e da democratização da sociedade, através de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença (CANDAUI, 2013, p. 1).

Levando em conta esses enfoques, abordarei três aspectos fundamentais para a construção de uma educação descolonizadora e intercultural. São eles: a descolonização dos conhecimentos, a descolonização das subjetividades e a descolonização da história e do poder.

DESCOLONIZAR OS CONHECIMENTOS

Os processos de opressão, exploração e subordinação, que foram impostos pelo capitalismo ao excluir grupos e práticas sociais, também deixaram de fora os conhecimentos e saberes produzidos por esses mesmos grupos. A finalidade era desenvolver as suas próprias práticas afirmando e visibilizando os conhecimentos eurocêntricos como os únicos válidos. Na atualidade, se pode assumir que se trata de conhecimentos nortecêntricos porque essa geopolítica do conhecimento inclui também os Estados Unidos. Santos (2009) denomina este processo de negação de conhecimentos produzidos historicamente por grupos subalternizados de epistemicídio.

Segundo o mesmo autor, a epistemologia ocidental (nortecêntrica) dominante foi construída a partir das necessidades da dominação capitalista e colonial e se assenta no que ele identifica como pensamento abissal. Este pensamento opera pela definição unilateral de linhas radicais que dividem as experiências, os atores e os saberes sociais entre os que são visíveis, inteligíveis ou úteis, identificados com os que ficam deste lado da linha, e os que são invisíveis, ininteligíveis, esquecidos ou perigosos, que se colocam do outro lado da linha abissal. Dessa forma a realidade social é dividida em dois

universos, o universo deste lado da linha abissal e o universo do outro lado da linha abissal. A divisão é tão forte que o que fica do outro lado da linha abissal desaparece como realidade, se converte em não existente, é invisibilizado e produzido como não existente. Este pensamento abissal continua vigente e presente atualmente e domina os processos educativos, especialmente a escola. Para descolonizá-lo, o autor propõe um enfoque epistemológico baseado na ecologia de saberes e na tradução intercultural (SANTOS, 2010, p. 8).

Neste sentido, uma pedagogia descolonizadora e intercultural se constitui como um princípio que orienta pensamentos, ações e novos enfoques epistêmicos e que, além de denunciar o epistemicídio, busca em evidência e reconhece essas outras formas de produção epistêmica de resistência e de produção de alternativas ao capitalismo e ao colonialismo globais, localizadas no Sul, do outro lado da linha abissal.

A partir desse enfoque, entendemos a interculturalidade como processo e como projeto epistêmico e político. A interculturalidade possui um significado intimamente ligado com a construção de um projeto social, cultural, educativo, político, ético e epistemológico voltado para a decolonialidade e a transformação. É um enfoque e uma prática importantes para os movimentos sociais do continente, especialmente para os indígenas e afrodescendentes, que questiona a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza.

Dessa maneira, a interculturalidade não só é compreendida como um conceito ou um termo novo para se referir ao contato entre ocidente e outras civilizações, mas como uma configuração conceitual que propõe um giro epistêmico capaz de produzir novos conhecimentos e outras compreensões simbólicas do mundo. A interculturalidade, entendida desde essa perspectiva, representa a construção de um novo espaço epistemológico que inclui os conhecimentos subalternizados e os ocidentais, em uma relação tensa, crítica e mais igualitária. A interculturalidade, nesta perspectiva, não fica limitada à inclusão de novos temas nos currículos ou nas metodologias pedagógicas, mas se situa na perspectiva de uma transformação estrutural, sociohistórica e política (CANDAU E FERNANDES, 2010, p. 11-12).

É importante reconhecer e validar outros conhecimentos que surgem e são produzidos nas lutas sociais dos grupos e povos que sofreram especialmente a colonização e foram subalternizados.

Nesse sentido, visualizar nos processos educativos outras formas de construção de conhecimentos, por exemplo, os valores e dimensões da cultura negra afro-brasileira, destacados no Projeto "A Cor da Cultura"², que são os seguintes: circularidade, religiosidade, corporeidade, musicalidade, memória, ancestralidade, cooperativismo, oralidade, energia vital "axé" e ludicidade.

Nesta mesma perspectiva, mas no âmbito das políticas públicas, a Lei de Educação "Avelino Siñani e Elizardo Pérez" (2010) da Bolívia entende, como parte dos fundamentos e fins da educação, contribuir com a consolidação e o fortalecimento da identidade cultural das nações e povos indígenas originários, camponeses e afro-bolivianos, a partir das ciências, das técnicas, das artes e das tecnologias próprias, em complementariedade com os conhecimentos universais (art. 4, ponto 4). Considera que a educação se fundamenta nas bases descolonizadora, liberadora, revolucionária, anti-imperialista, despatriarcalizadora e transformadora das estruturas econômicas e sociais; (...) para a construção do Estado Plurinacional e do Bem Viver (art. 3, ponto 1).

Uma prática pedagógica intercultural crítica e descolonizadora se institui como um princípio que orienta pensamentos, ações e novos enfoques epistêmicos e que, além de denunciar o epistemicídio, deixa em evidência e reconhece essas outras formas de produção epistêmica de resistência e de produção de alternativas ao capitalismo e ao colonialismo globais. A interculturalidade crítica possui um significado intimamente ligado com a construção de um projeto social, cultural, educativo, político, ético e epistemológico voltado para a transformação.

DESCOLONIZAR AS SUBJETIVIDADES

A globalização neoliberal colonizadora funciona, em parte, como expansão e afirmação de uns ideais de humanidade e subjetividades, assim como de poder e de conhecimento, implantando hierarquias de ser e de valor que dividem o mundo e a humanidade, como já afirmamos. A subalternidade da mulher, a discriminação dos negros e indígenas, a estigmatização dos homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, a perseguição e intole-

2 Projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Cidan - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro-, o MEC, a Fundação Palmares, a TV Globo e a Seppir -Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O projeto teve seu início em 2004.

rância religiosa entre outras, são resultado de posturas frente ao "outro", localizado do outro lado da linha abissal, o diferente, de inferiorização e de negação do reconhecimento de sua humanidade plena.

A cartografia do poder no mundo e nos países do Sul, incluída a América do Sul, está perpassada pelo que Frantz Fanon (2008) denuncia como a divisão entre os afortunados e os condenados da terra, marcados por uma divisão racial. Esta divisão racial é a que marca a pertença ao que identifica como *zonas de ser* e *zonas de não ser*. Dentro da *zona do ser* na América do Sul e no Caribe se encontra uma minoria, cuja humanidade, identidades, conhecimentos, espiritualidades, suas formas de ser e viver têm sido historicamente privilegiadas devido a sua origem racial e social e se constituíram e se constroem como superiores. Sendo que a grande maioria da população se encontra na *zona do não ser*, são sujeitos cuja humanidade não é reconhecida e, por conseguinte, são inferiorizados, assim como suas formas de viver, de ser, de estar, de pensar, de existir, suas espiritualidades e conhecimentos foram invisibilizados e subalternizados. Historicamente identificamos dentro da *zona de não ser* aqueles que têm sido considerados como o "outro", que já fizemos referência, os grupos e populações indígenas, afrodescendentes, a maioria das mulheres, de jovens e crianças de âmbitos populares, os grupos LGBT, entre outros.

Desde o ponto de vista da promoção de uma educação descolonizadora e intercultural é necessária uma mudança na construção das subjetividades, que afete tanto os sujeitos que se colocam na *zona do ser* como os condenados à *zona do não ser*, só que implica em estratégias diferentes que devem levar em consideração as experiências histórico-sociais e culturais dos diferentes sujeitos. Para quem se encontra na *zona do ser*, o centro vai ser a desestabilização e desconstrução crítica das identidades dominadoras, consideradas superiores -branca, ocidental, heterossexual, patriarcal, cristã, concentradoras de poder. Para a grande maioria que vive desde a experiência da *zona do não ser*, a luta descolonizadora vai se dar tendo presentes o fortalecimento e a afirmação das identidades historicamente massacradas, inferiorizadas, invisibilizadas, subalternizadas e, muitas vezes, destruídas pela colonização. O processo deve ser de descoberta, reconstrução e afirmação das identidades desde olhares positivos que permitam também visibilizar e reconhecer seus conhecimentos, espiritualidades, cosmovisões, enforças da vida, formas de ser e estar no mundo.

Para este processo vai ser fundamental promover e desenvolver a intraculturalidade, entendida como o olhar e a valorização da própria cultura, língua, costumes, tradições, leis, padrões estéticos, história, etc., considerando-se o que uma educadora quéchua afirma numa entrevista que realizamos *“para poder reconhecermos, para saber quem somos, precisamos aprender o que nos tem dado os nossos avós. A intraculturalidade é a aprendizagem ao interior do grupo cultural onde me desenvolvo e ao qual pertença”*.

González e Illescas (2006) afirmam que a intraculturalidade é a recuperação, afirmação e recriação da identidade e da vida, assim como da religião e a cosmovisão de um povo ou de uma comunidade, de forma que se reconheça no imaginário coletivo e se reafirme como própria e como válida. A intraculturalidade vai junto com a interculturalidade, são duas caras de uma mesma moeda, porque do contrário pode se tornar excludente e essencialista, reafirmando uma única cultura.

A descolonização da subjetividade supõe também a construção de uma nova ontologia que revolucione a condição humana para outra modalidade de existência, de ser. Efetivamente, o conhecer não é só um problema epistemológico, mas também ontológico, no qual conhecer é também uma questão de ser. O conhecimento racionalista ocidental deriva de uma ontologia que separa o ser humano da realidade, razão pela qual sua epistemologia separa o sujeito do objeto, e não pode encontrar a forma de uni-los, porque desde seu sentimento de separação não pode captar que o sujeito contém o objeto, a mente contém o mundo e o contrário (MARZOCO, 2010, p. 40).

Nesse sentido e enquanto o ser humano não abandone seu antropocentrismo e faça um giro ontológico que lhe permita eliminar essa separação e essa hierarquia, não será possível construir novas subjetividades descolonizadas e interculturais. A mudança ontológica, a descolonização do ser exige a reunificação do ser com a realidade. Unir o ser humano com a natureza significa renunciar ao antropocentrismo ocidental e voltar a se sentir unido à totalidade da realidade, sem privilégios, com a humildade de ser um elemento mais da natureza, do cosmos.³ Desde outras cosmovisões, isso

3 A colonização, segundo Mazorco (2010, p. 47), resulta ser, em consequência, a perda da identidade desse ser humano integral, o qual ficou alienado, ou seja, perdeu a sua condição natural e cósmica para devir na **pessoa humana**, antropocêntrica e dicotômica, produto final de todo um processo de desumanização que converteu o indivíduo numa mercadoria, objeto ou coisa

significa deixar de se ver só no diferencial de humanos como superioridade e dominador e começar a se olhar e sentir a semelhança natural e cósmica com todos os demais seres, isto é, se perceber como um ser humano integral num tecido de vida em unidade e harmonia com a natureza⁴. Este aspecto se identifica também com a decolonialidade da natureza.

A interculturalidade crítica só poderá ser realizada e vivida quando as culturas se encontrarem fortalecidas e os grupos tiverem realizado e vivenciado processos de construção de autoestima, autoconfiança e de empoderamento que permitam reconhecerem-se e situarem-se sem assimetrias de qualquer tipo.

Este é um aspecto fundamental a ser trabalhado nos processos educativos porque a descolonização não será real sem processos de mudança na subjetividade. Este processo se identifica também com o que alguns autores reconhecem como a descolonização do ser, da mente, do imaginário histórico e da memória, que destacamos a seguir.

DESCOLONIZAR A HISTÓRIA E O PODER

A história, concebida tradicionalmente como disciplina pretensamente neutra, tem se construído olhando e narrando principalmente o mundo dos acontecimentos políticos, militares e diplomáticos protagonizados pelas grandes personalidades das elites (heróis, caciques, coronéis, generais, governantes). Identificada com a historiografia ocidental, considerada universal, dos vencedores e colonizadores. Esta história procura modelar a memória coletiva em torno aos valores ocidentais, exaltando a identidade nacional e o papel do Estado, enfatizando as festas comemorativas e os monumentos públicos dos heróis.

m manipulada e não autodeterminada, capaz de conduzir a humanidade ao abismo de sua própria subsistência.

4 É desta condição na que o humano é Uno-Todo e Todo-Uno do qual se *origina o sentimento de Ser e Estar sendo o Humano Integral que desenvolvem os povos indígenas originários*. O Humano Integral em seu Uno-Todo constitui um Uno que é Todo pela dimensão de sua diferença, o *Humano Específico* e pela dimensão de sua semelhança, o *Humano Meio Ambiente*, o *Humano Natureza*, o *Humano Planeta*, o *Humano Sistema Solar*, o *Humano Cosmos-Caosmos* e o *Humano Ser Total*. [...] O Humano Integral Como um Todo que é Um referido à concretização do Humano Integral seja: nos Andes, na Amazônia, em qualquer ponto da mãe-pai-irmã-irmão Terra, no Cosmos-Caosmos e no Todo permite a todo indivíduo tanto Individual como Coletivo expressar desde o sentimento de unidade e inclusão plena na Totalidade (GONZÁLEZ E ILLESCAS, 2006, p. 33-34).

É importante ter presente, que na América do Sul e no Caribe, as revoluções do século XIX não engendraram uma burguesia, mas uma elite colonial que assumiu o controle da economia, da autoridade, do conhecimento, do sexo e da sexualidade, dando continuidade à política imperial com relação aos afrodescendentes e à população indígena. Enquanto, na Europa, a burguesia subiu ao poder, nas colônias, a elite colonial era basicamente uma elite de proprietários de terras e minas dependente dos efeitos crescentes da Revolução Industrial. Trata-se de uma elite a serviço da burguesia europeia, que fornecia recursos naturais para a Revolução Industrial (MIGNOLO, 2012, s/n).

A visibilização e o reconhecimento de outras histórias e dos valores ancestrais são elementos fundamentais para a construção de processos identitários desde um enfoque descolonizador e intercultural crítico. De acordo com Le Goff (1992, p. 476), a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja construção é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

Memória e história se interpenetram e, segundo o mesmo autor, a história representa a conquista por um grupo social de seu passado coletivo, mas também, um instrumento e uma mediação de poder.

Neste sentido, memória e história são dimensões importantes de serem levadas em consideração em relação com a luta e a conquista dos direitos humanos e da cidadania e os processos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais em que eles se desenvolvem. Com frequência, os jovens perdem essa noção de processo histórico e do significado da conquista dos direitos e associam a vigência dos direitos ao momento presente, como se os diferentes direitos e a cidadania atualmente existentes fossem uma questão natural, dada e pacífica, tendo pouca consciência do significado e da importância dos sujeitos sociais e de todas as lutas travadas para essa construção, que de fato ainda continua.

Descolonizar a história e o poder significa desconstruir a “cultura do silêncio” e da impunidade presentes na maioria de nossos países sul-americanos e caribenhos, formando para a mudança, a participação, a transformação e a construção de sociedades verdadeiramente democráticas, humanas, justas e solidárias. Nesse sentido, contar outras histórias ou histórias outras significa apoiar, valorizar e visibilizar a produção e o fazer história dos sujeitos su-

balternizados e colonizados. Apropriar-se de suas próprias leituras do passado e do presente como uma forma de luta contra as diversas formas de dominação e negação a que foram submetidos. São diferentes concepções e práticas historiográficas, na maior parte feitas desde “o reverso da história” ou desde lugares outros, comprometidas com as lutas e aspirações dos excluídos, oprimidos, colonizados e condenados da terra, que habitam a *zona do não ser* do outro lado da linha abissal. É partir das leituras, do reconhecimento e valorização das histórias locais, afirmando que há muitas formas e epistemes para ler a realidade, desmascarando o pensamento da modernidade que se naturalizou como a única maneira de leitura e entendimento da realidade.

No Brasil, a Lei 10.639 de 2003 e a Lei 11.645 de 2008, que exigem a inclusão no currículo escolar do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena respectivamente, são contribuições importantes na linha da descolonização da história e do poder e da interculturalidade.

Essas visões exigem também manter sempre viva a memória dos horrores das dominações, colonizações, ditaduras, autoritarismos, perseguição política, tortura, escravidão, genocídio, desaparecimentos, e reler a história para mobilizar energias de coragem, justiça, esperança e compromisso com o “nunca mais”, para favorecer o exercício da cidadania plena intercultural desde um giro descolonial.

De acordo com Maldonado-Torres (2008, p. 66), este giro descolonial em sua expressão mais básica busca colocar no centro do debate a questão da colonização como componente constitutivo da modernidade, e a descolonização como um conjunto de enfoques e de diversas estratégias e formas críticas e transformadoras que promovem uma mudança radical nas formas hegemônicas atuais do poder, do ser e do conhecer.

NOTAS FINAIS PARA CONTINUAR PENSANDO E PROBLEMATIZANDO

Este texto procurou mostrar a importância da promoção de uma educação descolonizadora para ampliar a visão e a compreensão do mundo visibilizando a riqueza das culturas e das populações e grupos sociais localizados do outro lado da linha abissal segundo a construção ocidental (Estados Unidos-europeia cêntrica) considerada universal. Entendemos que a prática de uma educação desco-

lonizadora é um núcleo fundamental para o desenvolvimento da educação intercultural desde o enfoque aqui apresentado.

A articulação das três dimensões destacadas - a descolonização, os conhecimentos, das subjetividades, da história e do poder - são bases fundamentais para poder construir e praticar a interculturalidade crítica para mudar nossos enfoques e para poder enriquecê-los com a pluriversidade do mundo e as contribuições das diferentes culturas. A descolonização não é só uma questão política, cultural e epistemológica, é também uma questão ontológica.

Ainda nos parece importante salientar que, no momento presente, a promoção de uma educação descolonizadora e intercultural deve incluir também outros enfoques que se inter-relacionam, tais como, antipatriarcal, antirracista, antissexista, com diversidade epistêmica e pluralismo religioso.

No desenvolvimento de uma educação descolonizadora e intercultural crítica não se trata de excluir o ocidente desta proposta de mudança de vida, nem de negar o seu potencial de contribuir para a construção destes mundos outros possíveis. Isso exatamente foi o que fez o ocidente, quando impôs sua proposta para "salvar" as almas primitivas dos bárbaros com o modelo de civilização racionalista e dominador, e advogou uma verdade que excluiu o outro, e se adjudicou a função salvacionista de uma humanidade sub-humanizada que, segundo o ditame eurocêntrico, vivia na obscuridade, na ignorância e não tinha nenhuma possibilidade de ascender por si própria ao lugar das luzes e da civilização.

Também não se trata de inverter o exercício etnocêntrico e pensar que o ocidente não pode debater e aportar à construção da existência humana em harmonia com a mãe natureza. Se lhe projetamos essa incapacidade e ignorância, estaremos considerando que é o ocidente quem agora deve ser salvo pelo outro desenterrado. Esta atitude só reproduz as mesmas atitudes colonizadoras que guiaram o projeto da modernidade. É importante não cair nesta armadilha e superar o pensamento binário, dualista, e abrir-se a múltiplas visões de realidades, de ser humano e de conhecimentos, incluídos os indígenas, os afrodescendentes, os orientais, os árabes, e mais.

Devemos apontar para a desconstrução de polaridades, entre, por exemplo, o indígena e o ocidental, ou o afro e o ocidental, para promover um equilíbrio simétrico entre diferentes-semelhantes, para

que uns possam aprender com os outros e vice-versa sem discriminação de qualquer tipo (MARZOCO, 2010, p. 70-71).

A interculturalidade crítica é uma proposta de relação e transformação juntos, de articulação das diferenças, de ruptura das relações verticais e construção de relações mais equitativas, igualitárias e horizontais.

É a descolonização da subjetividade -do ser-, dos conhecimentos -do saber- e da história -do poder- conduzirá a uma mudança do horizonte cultural, econômico e político. Como afirma Mignolo (2009, p. 267), precisamos concretizar o “sonho descolonial”, segundo o qual as instituições estão a serviço da vida, em vez de pôr as pessoas a serviço das instituições. A opção decolonial afeta tanto ao colonizado como ao colonizador, isto é, a opção decolonial propõe o desprendimento da lógica da colonialidade, de um horizonte de vida no que se vive para trabalhar em lugar de trabalhar para viver. Esta fórmula é a base da retórica moderna e da lógica do colonialismo (duas caras da mesma moeda), da qual precisamos nos desprender a fim de permitir mudanças radicais nas que sejam possíveis, o reconhecimento da vida digna para todos/as e a construção de projetos decoloniais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLÍVIA. Ley de la Educación. Avelino Siñani y Elizardo Pérez. La Paz: U.P.S., 2010.
- CANDAUI, Vera Maria. Educação escolar: entre o “sequestro” e a “reinvenção”? *Revista Novamerica*, n. 145, Rio de Janeiro: jan-mar 2015.
- _____. Educação Intercultural e Práticas Pedagógicas. Documento de trabalho. Rio de Janeiro: GECEC, 2013.
- _____. e FERNANDES de OLIVEIRA, Luis. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, v. 16, n. 1, Belo Horizonte: abr. 2010.
- FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONZÁLEZ, Jimena e ILESCAS, José. Acerca de la ontología, gnoseología y epistemología de los pueblos indígenas originarios y de la ciencia occidental moderna. In: DELGADO, Freddy.; ESCOBAR, César. (Edit). *Diálogo intercultural e intercientífico para el fortalecimiento de las ciencias de los pueblos indígenas originarios*. Cochabamba, AGRUCO, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1992.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. *Revista Tabula Rasa*, nº 9, Bogotá: p. 61-72, jul-dic. 2008.

MAZORCO, Graciela Irureta. La descolonización en tiempos del *Pachakutik*. *Polis* [Online], 27|2010. <http://polis.revues.org/873> Acessado em 1/12/2015

MIGNOLO, Walter D. Só descolonização da subjetividade trará mudanças à América Latina, 2012.

<http://www.geledes.org.br/descolonizacao-da-subjetividade-trara-mudanca-america-latina-diz-walter-mignolo/#ixzz3t4h8q5bz> Acessado em 1/12/2015.

_____. La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). *Crítica y Emancipación*, nº 2, Buenos Aires: p. 251-276, primer semestre 2009

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Una epistemología del Sur*. México: Siglo XXI, 2009.

_____. *Descolonizar el saber. Reinventar el poder*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica/pedagogía de-colonial. In: *Memorias del Seminario Internacional Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.